

Portugal, os Estados Unidos da América e as Guerras do Século XXI

Nuno Lemos Pires

Tenente-Coronel de Infantaria/Operações Especiais, professor de História e Relações Internacionais na Academia Militar e doutorando em História, Defesa e Relações Internacionais no ISCTE/AM. Participou em missões em Moçambique, Angola, Paquistão, Etiópia e Afeganistão.

Resumo

Tendo como estudo de caso o Afeganistão, descrevem-se as alterações na forma de fazer e entender a guerra, as principais motivações de quem decide participar na guerra, o papel das coligações e alianças, a centralidade do papel dos EUA e as razões que levam países como Portugal a integrar o esforço de guerra.

Através de comparações pontuais com outros conflitos analisam-se ainda as principais políticas e doutrinas em vigor, nomeadamente as políticas de *comprehensive approach*, *comprehensive engagement* ou *engagement by nature* e as “novas” doutrinas de “*contrainsurreição*”.

Abstract

Portugal, the United States of America and the 21st Century Wars

Using Afghanistan as a case study, this article describes the changes concerning the way of making and understanding war, the motivations of the main actors, the role of coalitions and alliances, the centrality of the USA and the reasons that impel countries like Portugal to participate in the war effort.

Through the occasional comparison with other conflicts it is analyzed the main policies and doctrines, specifically the “comprehensive approach, comprehensive engagement or engagement by nature” policies and the “new” counterinsurgency doctrines.

Para abordarmos esta temática optámos por analisar um variado número de factores que têm contribuído ou ajudam a entender se a decisão, preparação, participação e empenhamento português acompanharam ou acompanham de alguma forma as opções americanas para as guerras do século XXI.

Assim decompomos este tema em três áreas distintas: a tipologia de guerras do século XXI, os motivos e a forma de fazer a guerra por parte dos EUA e finalmente, a decisão e a forma como Portugal participa em algumas das guerras em que os EUA estão envolvidos.

Começaremos por tentar entender o que são as guerras do século XXI, fazendo uma caracterização geral, e em que medida as mesmas são diferentes das do século passado. Tentaremos identificar as tipologias e doutrinas em uso, as tendências estratégicas e capacidades disponíveis, por Portugal, pelos EUA, ou em geral, pelos aliados, para lhes fazer face. Como metodologia, a par de uma consulta bibliográfica e comparação entre várias obras que abordam a temática, não deixaremos de afirmar a nossa opinião em algumas áreas.

Para não nos dispersarmos sobre os variados níveis de análise, privilegiámos os patamares estratégico e operacional, ou seja entre a política a montante e a tática a jusante, tentando comparar as doutrinas em uso e caracterizando as várias entidades presentes, tanto civis como militares. No entanto, enunciaremos por vezes a necessária análise política bem como a consequência tática de algumas escolhas, mas apenas numa perspetiva de enquadramento da temática. Terminaremos com umas breves conclusões.

Da Entrada nas Guerras da Atualidade

Para podermos extrair conceitos e ideias sobre como se caracterizam as guerras da atualidade decidimos recorrer a exemplos conhecidos. No espaço que temos não podemos ser exaustivos mas, ainda assim, tentando entender o que motivou a entrada em algumas das guerras do século XXI, iremos extrapolar sobre as principais consequências, adaptações e transformações efetuadas.

Pensar nas guerras atuais, ou seja, nas guerras do século XXI, é pensar nas guerras dos EUA do século XXI. Por outras palavras, aquelas em que os EUA têm participado, de uma forma mais direta ou indireta, mais interveniente ou mais passiva. De uma forma geral poderíamos afirmar e assim iniciamos o nosso texto, com a seguinte constatação: onde há guerras há quase sempre uma presença americana. Como exemplo principal iremos analisar a intervenção no Afeganistão e, sempre que possível, fazer a comparação com o Iraque ou com outras intervenções recen-

tes. Tendo em conta que Portugal está envolvido, praticamente desde o início da participação da NATO no Afeganistão, vamos a partir deste exemplo em particular e tentar compreender a evolução da participação de Portugal, dos aliados e naturalmente dos EUA.

Recuemos até à década de 1980 do séc. XX, momento em que o conflito¹ no Afeganistão se desenrolou com o apoio explícito dos Estados Unidos (reforçado pelo apoio do Paquistão e da Arábia Saudita) contra a União Soviética (que tinha invadido o território em dezembro de 1979). Ou seja, como para a maioria dos conflitos do século XXI, teremos de recuar no tempo para o entendermos.

Segunda constatação, quando discurremos sobre os conflitos e as guerras ditas “não convencionais”, isto é, onde geralmente se incluem as classificadas como “internas e de insurreição”, deparamo-nos com algumas evidências: que este tipo de conflitualidade é de longe a mais comum e que a sua duração é geralmente muito longa. Um estudo dos “*Correlates of War Project*”² revela que a esmagadora maioria dos conflitos ocorridos desde o final do século XIX foram, em cerca de 83% do total, guerras internas ou insurreições. Abordar a guerra no Afeganistão é assim estudar uma tipologia de conflito relativamente usual e que, pela sua natureza, se prolonga no tempo, daí ser comum ouvir sobre os 33 anos continuados de guerra neste território. Também neste caso o conflito longo no Afeganistão não é uma exceção, “trinta por cento das insurreições hoje ativas persistem há mais de vinte anos” (Braga, 2011: 1089 e 1091).

Durante a fase inicial da conflitualidade no Afeganistão encontramos uma forma típica de ação, a indireta, muito comum durante a Guerra Fria, em que as grandes potências em confronto – Estados Unidos e União Soviética – apoiavam, treinavam, financiavam e por vezes combatiam ao lado de uma das fações em confronto. Neste caso, os EUA em apoio aos *mujahiddin* e as forças soviéticas em apoio ao governo do Afeganistão. A guerra no terreno era o que na época se designa comumente por guerra subversiva³.

Após a saída/derrota da União Soviética o apoio indireto americano continuou, embora de forma muito mais discreta. Entre os vários grupos em conflito, em meados da década de 1990, tinham emergido como vencedores os talibãs que impuseram um regime totalitário, de cariz fundamentalista islâmico, sobre quase todo o território. Como principal oponente surgiu a denominada Frente Islâmica Unida

1 “Conflito é um afrontamento entre seres ou grupos de seres, por variadas causas e que se apresenta sob diversas formas, mas que pode chegar à violência física e, no limite, pode ir até ao aniquilamento do adversário” (Barrento, 2010: 68).

2 Disponível em <http://www.correlatesofwar.org/> (consultado em 30 de janeiro de 2012).

3 “Durante muito tempo confundiu-se guerra subversiva com guerra de guerrilhas, isto é, confundiu-se o todo com uma das suas manifestações táticas” (Couto, 1989: 294).

para a Salvação do Afeganistão, conhecida internacionalmente como a Aliança do Norte (Rashid, 2009: 44-60).

A realidade da ação Talibã e a política/estratégia pouco colaborante do Paquistão relevou a crescente diminuição da influência norte-americana na região (Rashid, 2009: 44-60). Este distanciamento e desinteresse americano pelo que se passava no Afeganistão, vir-se-ia a agravar no final da década de 1990, quando os EUA foram incapazes de evitar o apoio e cedência de “santuário”⁴ ao então, ainda pouco conhecido, Osama bin Laden, líder da *al-Qaeda*.

A forte influência dos países vizinhos no Afeganistão é fundamental para a compreensão do tipo de guerra que se desenvolveu e ainda se desenvolve. Merece natural relevância o Paquistão (com uma fronteira de 2.430 km com o Afeganistão) nas denominadas zonas tribais, *Pashtun*, que se estendem por ambos os países. A guerra sempre teve esta dimensão comum aos conflitos de tipo (contra) subversivo: grupos em confronto, autoridade central contestada, apoios internacionais diversos, santuários em áreas contíguas e fronteiras permeáveis.

Em finais de 2001, após o conhecido 11 de setembro (que se pensa terá sido planeado e organizado a partir do Afeganistão), e face à recusa talibã em entregar ou expulsar a *al-Qaeda* ou outros grupos terroristas a operar na região, a Aliança do Norte conseguiu reconquistar a maioria do território afegão com a ajuda essencial de pequenos agrupamentos das forças de operações especiais, em especial, norte-americanas (Neville, 2008 e Rashid, 2009: 61-83). A vitória da Aliança do Norte, com o apoio essencial norte-americano, foi assim natural como, também, foi natural a opção talibã de tentar furtar-se a confrontos diretos clássicos e optar por prosseguir, em devido tempo, por um tipo de luta “insurgente”.

Surge-nos aqui a oportunidade de fazer umas breves reflexões e retirar algumas conclusões parcelares. Por um lado, constatar-se que os EUA fizeram esta intervenção de forma quase unilateral, ou seja, mesmo tendo a aliança de que fazem parte, a NATO, oferecido ajuda e disponibilidade, estes acabaram por a recusar (Braga, 2011 e Rashid, 2009: 79) e optaram por uma espécie de “coligação de vontades” em que foi valorizada a eficácia operacional em detrimento da multipolaridade político-estratégica. Por outro lado, enquadrando a ação militar de intervenção no Afeganistão como parte de uma resposta global ao ocorrido no 11 de setembro, teremos necessariamente que entender todo o plano, isto é, de que forma os EUA planearam debelar (ou destruir na sua intenção final) a ameaça global personificada, essencialmente, pela *al-Qaeda*. Esse plano operacional de caráter global denominava-se *Operation Enduring Freedom* (OEF).

4 Termo empregue nas doutrinas de subversão e contrassubversão para designar um local, geralmente fora da área onde as principais operações se desenrolam, quase sempre num país vizinho que o protege e autoriza as operações a partir deste.

A OEF não foi pensada apenas para o Afeganistão, embora a operação militar sobre este território se revestisse como a parte mais importante do mesmo. A OEF fazia parte de um projeto mais global denominado “*War on Terror*” anunciado pelo Presidente dos EUA, George Bush, em 2001 (“guerra ao terrorismo”, evidentemente não se pode fazer uma guerra contra uma tática ou técnica pelo que esta expressão deve ser entendida como apenas “emotiva”). As designadas operações subordinadas da OEF eram: Afeganistão (OEF-A); Filipinas (*Philippines*: OEF-P, anteriormente designada de *Operation Freedom Eagle*); Corno de África (*Horn of Africa*: OEF-HOA); Pankisi Gorge (terminada em 2004); Trans Sahara (OEF-TS); Caraíbas e América Central (*Caribbean and Central America*: OEF-CCA); Quirguistão (*Kyrgyzstan* – terminada em 2004) além de inúmeras pequenas operações a decorrer em muitas regiões do mundo⁵.

Ou seja, a OEF não foi um plano da NATO e dos seus aliados, foi um plano dos EUA ao qual se decidiram juntar outros Estados, nomeadamente o Reino Unido, numa “coligação de vontades”. A NATO, onde naturalmente Portugal se inclui, não se pronunciou sobre o mesmo e não participou nas operações iniciais no Afeganistão. Mais tarde, quando os países membros da Aliança decidiram intervir no Afeganistão (na *International Security Assistance Force* – ISAF)⁶ interessa ainda assinalar que muitos dos países participantes apenas o fizeram na perspetiva da estabilização deste território e não admitiam sequer participar em missões de combate (Sanger, 2012: 47), ou seja, não se identificavam nesse plano mais geral, denominado OEF.

Ainda como reflexão parcelar, importa notar que, do plano de ação global, da “*War on Terror*”, não estava prevista qualquer OEF – *Iraq* (Robinson, 2008; Ricks, 2009). O caso do Iraque terá assim, naturalmente, de ser analisado de forma isolada, como não fazendo parte essencialmente da denominada estratégia global “contra o terror”. O papel de Portugal junto dos EUA neste caso também necessita dessa análise separada.

Os primeiros anos de intervenção no Afeganistão consubstanciaram uma presença internacional modesta e fundamentalmente em apoio a uma nova administração afegã sobre a autoridade do Presidente Hamid Karzai⁷. A operação da

5 Após a campanha militar contra o Afeganistão no final de 2001 cerca de 47 mil militares das forças especiais americanas iniciaram uma campanha mais vasta e abrangente contra os “extremistas islâmicos” atuando em cerca de 140 países (Rashid, 2009).

6 Embora a sua criação seja anterior à NATO no Afeganistão, mas adaptamos esta designação para a diferenciar claramente da OEF-A.

7 “Em vez de prosseguirem as ações de contrainsurreição, para consolidar o êxito alcançado, o que exigia provavelmente forças militares superiores a 100 mil efetivos, os EUA limitaram-se a manter no Afeganistão cerca de 8 mil efetivos, reforçando-os apenas em momentos críticos (como em atos eleitorais) e uma força internacional de 4 mil em Cabul” (Santos, 2010: 215).

NATO, através da ISAF, foi assumida a 11 de agosto de 2003 mas circunscrita inicialmente à capital, Cabul. Um ano mais tarde, o mandato da Aliança Atlântica foi estendido a todo o território e, de 2004 a 2006, a presença internacional e o número de efetivos aumentou, embora sempre insuficientes para obter a vitória decisiva sobre os talibãs. Pelo contrário, vão ser os talibãs a conseguir impor a sua presença em todo o território a partir de 2006 e, com o apoio de santuários existentes no vizinho Paquistão, vão lançar uma “contraofensiva” tendo, como consequência, um aumento significativo de atentados e baixas (Santos, 2010: 218; Rashid, 2009: 349-373).

No entanto, imediatamente após a vitória conjunta entre a Aliança do Norte e dos EUA/aliados em 2002, a perceção internacional não parecia antecipar este agravar da situação. “Entre 2003 e 2005 a missão da ISAF dispunha de considerável apoio popular nos países aliados europeus, parecendo o Afeganistão evoluir no sentido de uma estabilidade há décadas ausente do território” (Braga, 2011: 1080). Houve fortes divisões no seio dos vários países da Aliança Atlântica aquando da intervenção no Iraque em 2003 pelo que, a expansão da missão da NATO no Afeganistão de 2004 a 2006, foi também uma boa oportunidade para criar um tempo de “acalmia” por parte dos Estados que tinham abertamente discordado (Robinson, 2008; Ricks, 2009).

A cimeira dos Açores (EUA, RU, Espanha e Portugal) assinalou o apoio de Portugal à ação sobre o Iraque em 2003. Se a decisão portuguesa de participar no Afeganistão continua, salvo melhor opinião, embora sem unanimidade no espectro partidário, a receber apoio e consenso nacional, até porque se efetua dentro de uma das alianças a que pertence, a NATO, o mesmo não se poderá dizer da decisão de apoiar os EUA na campanha do Iraque. Foram e são muitas as críticas à decisão portuguesa, e não exclusivas de determinados setores da política nacional.

Para o Iraque poderão ter valido os argumentos das antigas alianças e aliados. O invocar do estatuto de Portugal como um aliado fiável, ou seja, se o foi com o RU por mais de seis séculos, também o demonstraria ser com os EUA nos últimos dois. Não estando em causa se os argumentos que levaram à guerra estão corretos ou não, o que Portugal demonstraria assim era que, quando os aliados precisassem uns dos outros, o país estaria presente e ao lado dos seus aliados de sempre. Mas importa reforçar que a decisão de Portugal sobre a guerra no Iraque foi uma exceção face à generalidade das operações que apoiou e participou nos últimos vinte anos, e que a presença portuguesa foi assim limitada no tempo e na tipologia de forças (analisaremos mais adiante).

A tendência clara de participação portuguesa nos variados conflitos tem sido o de o fazer dentro das alianças a que pertence, a NATO, a UE e ao serviço da ONU.

Da Permanência no Esforço de Guerra

“Não há exemplo de um país que tenha sido beneficiado com uma guerra prolongada.”

Sun Tzu

Só em 2009 é que a comunidade internacional decidiu aumentar significativamente a sua presença no Afeganistão para cerca de 65 mil soldados, oriundos de 42 Estados. Em finais de 2010, inícios de 2011, o número total de militares aliados no país tinha subido para 150 mil (Sanger, 2012: 20-31). Neste sentido, é necessário fazer uma leitura bastante diferenciada sobre as campanhas no Afeganistão antes e depois de 2009, e para isso basta recordar as palavras, perante o Congresso norte-americano, do Joint Chief dos EUA, Almirante Mullen, em dezembro de 2007: *“in Afghanistan, we do what we can. In Iraq, we do what we must”* (Committee on Armed Services House of Representatives, 101th Congress First Session, 2007: 7). Ou seja, a “distração do Iraque” (Sanger, 2012: 17; Rashid, 2009; XLI) desviou recursos e prioridades que não foram usados na altura devida no Afeganistão, apenas após a eleição de Barack Obama como Presidente dos EUA em 2008 o esforço, nomeadamente dos EUA mas também significativamente reforçado pelos restantes países da coligação, se iria alterar.

Têm sido muitos os observadores a afirmar que a verdadeira ação aliada contra os talibãs só começou efetivamente em 2009, pois antes, pura e simplesmente, não havia nem a vontade política nem os meios, financeiros, humanos e materiais, para o fazer. O ano de 2009 foi o início de uma mudança que visou levar a guerra a todo o país e em estreita colaboração com os esforços além-fronteiras (especialmente nas zonas tribais do Paquistão) (Sanger, 2012: 10). Mas o que também é comum na análise de muitos autores é que o tempo que se perdeu, nomeadamente nos primeiros anos a seguir ao 11 de setembro de 2001, em especial de 2002 até 2006, criou uma situação de força para os talibãs que, mesmo um elevado número de forças a partir de 2009, dificilmente conseguiria inverter (Sanger, 2012: 137-138; Rashid, 2009: 372-373). Não é por isso surpresa que a intenção principal das grandes operações lançadas em 2009, em especial no sul do território, nas províncias de Helmand e Kandahar, tivessem como objetivo o “reganhar o *momentum*” do sucesso talibã entretanto conquistado.

À data que elaboramos este texto encontram-se cerca de 150 mil soldados da NATO no Afeganistão e as ações para combater no território vão para além das suas fronteiras. O plano estratégico proposto por Obama (Sanger, 2012: 20-22) inclui as regiões denominadas AfPak (Afeganistão e Paquistão) e, a acompanhar as ações armadas, decorrem simultaneamente as designadas de *statebuilding*, através de ações concertadas junto das populações, para tentar conseguir

o desejado desenvolvimento, de (re)estabelecimento da justiça e de assegurar o bem-estar⁸.

A estratégia seguida pelos últimos generais americanos responsáveis pela conduta da guerra no Afeganistão, McChrystal, Petraeus⁹ e, atualmente, Allen, tem sido a de tentar atuar em estreita coordenação entre forças armadas e de segurança, com as várias organizações no terreno, governamentais e não-governamentais, numa visão de longo prazo que possibilitasse, conforme anunciado, além da derrota militar dos bastiões talibãs, a criação de estruturas e condições para que a população afegã pudesse finalmente acreditar no seu próprio governo. Estas têm sido as intenções anunciadas mas desde o final de 2011, princípios de 2012, os objetivos que a NATO e os EUA têm vindo a declarar, são agora bem mais modestos. Em 2012, a palavra “destruir” os bastiões talibãs foi substituída por “conter e evitar” que os talibãs tomem o poder em Cabul, o “vencer” foi substituído pelo “garantir” que organizações como a *al-Qaeda* não voltem a utilizar o território e a atenção, nomeadamente por parte dos EUA, vira-se atualmente mais para garantir a “estabilidade” do Paquistão (nuclear) do que propriamente assegurar um desenvolvimento sustentado do Estado do Afeganistão (Sanger, 2012: 46 e 128-138). A realidade da complexidade da guerra no Afeganistão e no Iraque obriga agora a uma interpretação mais modesta do que os objetivos ambiciosos inicialmente pensados e anunciados pelo Presidente Bush. “Os EUA foram bem-sucedidos, não tanto em termos de ganhar a guerra, mas ao impedir os islamitas de ganhá-la e, de um ponto de vista geopolítico, isso é suficiente” (Friedman, 2010: 51). Ou seja, conscientes de que estas guerras não se ganham no plano tático, valem os argumentos políticos, que de forma interpretativa permitem, com base em critérios subjetivos, clamar vitória para qualquer das partes já que os talibãs também afirmaram que para ganharem a guerra basta-lhes não a perder.

Os Tipos de Guerra e de Conflito

Até aos dias de hoje, o conflito continuado do Afeganistão apresenta-nos os “ingredientes” típicos de uma guerra de natureza subversiva (ou na doutrina americana *insurgency*)¹⁰ com os guerrilheiros a tentarem o controlo das zonas rurais, a operarem no meio da população, com grande uso da ação psicossocial, etc. Mas, simultaneamente, assistimos a novos modos de operar, especialmente pelo gover-

8 Assegurar as condições principais de “Segurança, Governação e Desenvolvimento”. Ver explicação destas condições em Braga, 2011: 1094-1095.

9 Que também foi o coordenador do manual americano FM 3-24 – *Counterinsurgency* de dezembro de 2006.

10 “O fenómeno subversivo é imemorial (...) designações como ‘guerra subversiva’ são muitas vezes ‘coladas’ a outras como guerras de guerrilha ou guerras psicológicas” (Dias, 2010: 108).

no afegão e pela comunidade internacional, através de uma doutrina de “contrainsurgência” (*counterinsurgency*) conduzida por uma coligação de países.

Introduzimos aqui outra reflexão parcial: o que a história regista habitualmente são campanhas de contrassubversão conduzidas por um país, e hoje, no Afeganistão, estão 49 países a fazer, alegadamente, contrainsurgência. É diferente! As formas como entendemos estes fenómenos no passado não se aplicam diretamente aos do presente e do futuro. Destarte, fica a pergunta: porque se juntam estas coligações num determinado país a ajudar o seu governo no esforço de contrainsurgência? É possível pelo menos uma resposta inspirada na “escola realista”. Porque as coligações formaram-se para punir uma organização (no caso do Afeganistão serão os talibãs) que exportava ou permitiu que outros (o caso da *al-Qaeda*) exportassem a violência para o seu mundo, para a área onde a coligação de países provém (recordamos que para além dos ataques aos EUA, houve os de Madrid, Londres, Bombaim, Indonésia, etc.). Voltaremos a este argumento mais à frente.

Identificar uma tipologia para esta guerra é uma tarefa árdua, “devemos estar cientes que a linha de fronteira entre uma tipologia e outra é muito ténue, sendo frequente surgirem combinações entre elas” (Garcia, 2011: 64), mas ajuda-nos a entender o que está em confronto no Afeganistão e, por extrapolação, em outros conflitos similares. Tanto na mais antiga como na atual doutrina portuguesa, parece-nos lícito incluir a guerra no Afeganistão como próxima da que se designa como uma tipologia da guerra subversiva – tanto nas definições do General Cabral Couto (1988) como na anterior doutrina do Exército Português (EME, 1966), estamos perante (combinando ambas as definições) uma luta entre grupos políticos no interior de um território – o Afeganistão – apoiado, e com participação ativa, por parte da população, ajudada e reforçada pelo exterior, contra a autoridade de facto existente – o governo Afegão apoiado pela comunidade internacional.

Depois poderemos apoiar-nos nos “antigos” conceitos de guerra regular ou irregular¹¹, convencional ou não convencional. Sem aprofundar as várias definições, que aparecem sobre cada um destes termos, parece “empírico” que os grupos que se opõem à autoridade estabelecida no Afeganistão atuam de uma forma irregular, ou não convencional. As forças aliadas, para eficazmente poderem lutar nesta forma de guerra, como uma das antigas máximas no uso da força, necessitam da necessária adaptabilidade aos meios e métodos e, assim, também elas têm de executar ações classificadas de irregulares ou não convencionais (pelo que as operações especiais e o uso de *drones* ganham tanta importância neste tipo de conflitos) (Sanger, 2012: 243-271).

11 “Irregulares: terrorismo, guerrilha, insurreição, movimentos de resistência, insurgência e conflitos assimétricos em geral” (Leal, 2011: 1113).

Estamos a analisar o fenómeno pela forma de atuação das forças no terreno, mas se escolhermos analisar pelo prisma das motivações¹² poderemos encontrar indícios das denominadas guerras étnicas ou identitárias (Garcia, 2011: 76) – especialmente pela forte predominância da etnia *Pashtun* que constitui a maioria dos talibãs e que, desde há muito, reclamam territórios de ambos os lados da fronteira delimitada pela linha Durand do século XIX (por via do diplomata britânico que a demarcou, Sir Mortimer Durrand. Pires, 2011a: 180), entre o Paquistão e o Afeganistão, e que nos permitiria, assim, identificar uma tipologia de guerra “por princípios, pela defesa ou imposição de uma causa” (Dias, 2010: 106).

Mas também podemos encontrar aqui um pouco de Samuel Huntington no seu “Choque das Civilizações”, quando contextualizamos a ação de guerra santa (*jiḥād*) contra os cruzados invasores, do oriente contra o ocidente, da civilização islâmica contra a civilização ocidental. Com um pouco de análise ainda mais abrangente também podemos encontrar na guerra do Afeganistão resquícios do que se classifica como guerra “preemptiva”, quando após o 11 de setembro os EUA atacaram o território “apenas depois de aquele ter mostrado as suas intenções de uma forma explícita” (Garcia, 2011: 83), mas garantindo que se “agiu antes do tempo que normalmente se agiria para, a todo o custo, evitar a guerra ou para a fazer em situação mais vantajosa” (Barrento, 2010: 305). Poderemos ainda estar a assistir o que Mary Kaldor classifica de uma “guerra nova” (Kaldor, 2006) porque apresenta uma combinação entre guerra, crime organizado e violação massiva dos direitos humanos, no que diz respeito ao papel desempenhado no Afeganistão pelos “senhores da droga” e a repressão brutal exercida pelo regime talibã, através de uma interpretação extrema da *Sharia*¹³.

No Afeganistão podemos ainda estar também perante uma guerra híbrida (Hoffman, 2009), dada a envolvimento de atores estatais e não estatais, combatentes e não combatentes, através de forças adaptáveis ao adversário (Garcia, 2011: 84) ou, de forma mais explícita, estamos simplesmente perante uma “guerra assimétrica” devido às tão distintas capacidades que ambos os contendores apresentam no Afeganistão, materializando-se muitas vezes como uma guerra urbana (dentro das grandes cidades afegãs).

Em conclusão, dependendo do âmbito de análise que escolhemos, podemos argumentar que a guerra no Afeganistão se enquadra em muitas das classificações

12 “Os conflitos surgem devido à disputa de bens, como a propriedade de outrem, ou de recursos caracterizados pela sua essencialidade e raridade (terra arável, água, combustíveis, metais raros, pedras preciosas, etc.), por valores e interesses que se deseja manter ou conquistar, como o território, o poder, o prestígio; por uma dialética de razões, de direitos e de princípios pelos quais vale a pena conflitar” (Barrento, 2010: 68).

13 Principal fonte de Direito num Estado Islâmico.

anteriormente expostas, mas a escolha de uma destas classificações fica sempre incompleta e não responde na sua totalidade ao fenómeno mais amplo que encontramos. No entanto, se escolhermos uma designação mais “empírica” e, como tal, também mais abrangente, a designação de “guerra irregular” afigurasse-nos como aplicável e possível para a guerra no Afeganistão ou, de uma perspetiva mais geral, englobando na tipologia dos conflitos, adaptaríamos a designação de António Telo (2011) de “guerras do caos” ou “conflitos do caos”.

Das Doutrinas de Emprego

Os elementos da contrainsurgência estão presentes na guerra do Afeganistão. O *end-state* determinado para as operações dos aliados no território são os normais para este tipo de conflito: assegurar a necessária paz, estabilidade, desenvolvimento e evitar que o território possa (novamente) ser utilizado como apoio a atentados terroristas¹⁴. Decorrente do *end-state* os objetivos intermédios para o alcançar também são típicos de uma contrainsurgência: “Neutralizar e destruir a estrutura subversiva; preservar e fortalecer as forças de contrassubversão; preservar e obter a adesão da população, criando interna e externamente condições que desfavoreçam a eclosão da subversão” (Couto, 1988: 306).

Se por um lado, ao nível operacional e tático da guerra, estes conceitos possam ter aplicação, nos campos mais abrangentes da política e estratégia, precisamos de ter uma visão mais estruturada, que inclua sempre as três dimensões já enunciadas: segurança, desenvolvimento e governação. Neste caso, entramos assim no domínio das condições e não, exclusivamente, no das doutrinas.

É possível então afirmar que a doutrina atual de contrainsurgência, escolhida e aplicada no Afeganistão, parece ser a que mais se adequa¹⁵, mas não responde ao âmbito mais vasto de atuação e de resposta que os aliados procuram. Se estamos perante uma guerra irregular, ou dentro de um conflito do caos, urge desenvolver uma visão mais abrangente, holística, pelo menos, mais ampla do que a doutrina designada de contrainsurgência e para isso necessitamos de conceitos, domínios e até desenhos de estratégias. Falta equacionar a capacidade de coordenar a atuação militar e política. O problema não reside na insuficiência da doutrina militar, mas antes na insuficiência da doutrina estratégica – que habitualmente se denomina de “*comprehensive approach*” ou “*comprehensive engagement*”.

Nos remotos tempos do Império romano, na constituição das legiões, previam-

14 Ver missão da ISAF e estado final (*end-state*) desejado para as forças presentes no Afeganistão em (Pires, 2011b: 4).

15 Manuais dos EUA – FM 3.0 – *Operations*; Joint Publications JP 3-24 – *Insurgency Counterinsurgency*; e as publicações aliadas da NATO: incluído na doutrina mais vasta de *Allied Joint Publications AJP – 3.2 – Land Operations*.

se elementos para desempenhar todas as funções referidas de segurança, de desenvolvimento e de governação. Primeiro procurava-se que os comandantes que tinham as maiores responsabilidades tivessem carreiras mistas, civis e militares (Monteiro, 2009: 18) e assim demonstrassem uma maior capacidade para ações abrangentes, inclusivas, de “*comprehensive approach*”. As legiões eram autossuficientes, “tinham especialistas e artesões de todos os tipos e também engenheiros e arquitetos capazes de criar a infraestrutura física da nova província” (Monteiro, 2009: 34), ou seja, eram um modelo parecido com o que se procurou desenvolver para o Afeganistão através dos denominados PRT (*Provincial Reconstruction Teams* – sustentadas em unidades militares mas incluindo fortes componentes civis, geralmente lideradas por civis, e destinadas a promover o desenvolvimento económico nas várias províncias afegãs (Perito, 2005: 20)¹⁶.

Aos militares romanos era-lhes exigido muito mais do que saber combater porque “desempenharam também um papel social, cultural e religioso na vida das comunidades em que estavam integrados (...) os soldados e veteranos cumpriram funções de defesa ou de administração muito importantes” (Monteiro, 2009: 42) e, como sabemos, esta também foi uma forma muito portuguesa de utilizar os seus militares ao longo da história, tanto internamente como na Ásia ou em África. Uma outra solução foi encontrada muito mais tarde na China, quando Mao Tse-Tung juntou 50 mil estudantes, devidamente treinados e preparados, para seguir o exército na primavera de 1949 e assim ir substituindo os militares nas tarefas da administração pública e educação (Galula, 1964: 65).

Vale a pena incluir algumas referências à conceção da estratégia diferenciada que o Império Romano usava, ou seja, como se adaptava às realidades geográficas onde exercia a sua influência: “Edward Luttwak (1976) (...) conselheiro de Ronald Reagan, concluiu que o Império Romano inicial era hegemónico, com os seus territórios divididos em três grupos: os sob administração direta; os sob controlo diplomático; e os sob influência (...) a estratégia tornou-se ‘preclusiva’ (*i.e* que afasta), enquanto na Hispânia se instalava um ‘exército de paz’” (Monteiro, 2009: 65). Não foi, em certa medida, o que Portugal fez nos variados territórios? A postura de Portugal no Ceilão, nada teve em comum com a que teve no Brasil, a estratégia portuguesa para a China ou o Japão foi muito diferente da seguida para Moçambique ou para a Guiné. Também aqui, Portugal e os EUA poderão colaborar no século XXI, há muitas “*lessons learned*” a partilhar entre todos.

16 No Iraque a responsabilidade primária pelos PRT era do State Department dos EUA; as PRT foram inspiradas nos *Civil Operations and Rural Development Support* (CORDS) usados pelos EUA no Vietname onde, em teoria, o State Department, a *US Agency for International Development* (USAID) e pessoal militar trabalhavam em conjunto para melhorar a qualidade de vida das populações (Buren, 2011: 3 e 7).

Terminamos esta secção com mais uma reflexão. Ao princípio (romano) imperial de comando integrado entre as várias componentes militares e não militares opõe-se hoje o princípio de *“comprehensive by nature”*, ou seja, que a natureza da coordenação entre as várias entidades presentes, num determinado conflito, se faz naturalmente. É natural que cada um assuma as suas responsabilidades no campo em que é mais eficaz e a coordenação surja, dando lugar ao *“comprehensive approach”*. O princípio de *“comprehensive by nature”* não é imposto.

Logicamente, este princípio “nobre”, de *“comprehensive por natureza”*, não nos soluciona um dilema: o que fazer quando os interesses dos vários atores no terreno são diferentes, ou mesmo, contraditórios. Neste caso falta-nos a doutrina estratégica, a vontade e a solução, porque o princípio imperial (romano), por ser imposto, não é hoje aceitável.

Mas seja qual for o âmbito e a doutrina de referência, a visão ou a política holística mais eficaz, a realidade do conflito impõe-se e está sempre presente. Encontrar uma forma de garantir eficazmente a correta integração das várias componentes militares e civis, governamentais e não-governamentais, dirimindo os vários interesses e restrições de cada Estado presente, é vital para a NATO e, por extensão, para todos os aliados, incluindo Portugal e os EUA. Ou seja, como afirma Ananicz (2010: 17): *“By involving itself in Afghanistan on behalf of the United Nations, NATO cannot lose this War”*.

As Crises Estratégicas Internacionais, os Estados Unidos da América e Portugal

“Due to their experience in Iraq and Afghanistan, many Europeans no longer want to follow the US on military operations if their core security threat is unclear, and/or if they think they have little say over strategy”

Keohane, 2010: 26

Portugal tem participado ativamente ao lado dos EUA nas guerras do século XXI¹⁷. De forma multilateral (uma das quais numa “coligação de vontades”) ou como parte integrante das alianças e organizações de que faz parte. Entre as participações mais relevantes destacam-se o Kosovo, Iraque, Afeganistão, Líbano, costa da Somália ou a preparação de forças no Uganda.

17 Portugal já participou com mais de 36 mil efetivos em operações e missões militares no exterior desde 1990 até 2010 (tanto nas guerras do século XX, as do pós-Guerra Fria, em que se incluem as balcânicas, como as do século XXI). Dados retirados de <http://www.emgfa.pt/documents/kmf0tcsx1qvb.png> consultado a 18 de outubro de 2011.

Não temos intenção de fazer análises políticas sobre a decisão de Portugal participar ou apoiar as guerras que foram iniciadas pelos EUA, nomeadamente no Afeganistão ou no Iraque, mas é possível estabelecer um padrão relativo à participação nacional.

Como temos vindo a assistir, quando chamado a apoiar, Portugal, o aliado fiável, disse “presente”. Participou, sempre que possível, no âmbito das alianças a que pertence, da NATO, da União Europeia ou da Organização das Nações Unidas e essa continua a ser a sua linha de decisão, no âmbito da legitimidade internacional, com mandato, no seio das alianças de que faz parte.

Portugal participa quase sempre sem restrições, sem *caveats* (Kilcullen, 2009: 111) ou seja, entra nos teatros de operações, disponível para cumprir, se necessário e determinado operacionalmente, as missões mais exigentes. Sendo os *caveats*, ou melhor dizendo, os “sem *caveats*”, um multiplicador qualificativo da participação, aumenta também, conseqüentemente, a qualidade política da oferta. Por fim, Portugal participa de acordo com as suas possibilidades materiais, financeiras, humanas e proporcional à dimensão que tem.

Portugal também participa e adapta a tipologia de forças e missões de acordo com a estratégia e as fases das operações. Por exemplo, no Iraque, entrou com forças da GNR (MSU)¹⁸ na fase de estabilização e depois com forças do Exército na preparação das novas forças de segurança do Iraque (NTM-I). No Afeganistão, o cenário foi idêntico. Integrou forças dos três ramos das forças armadas e, aquando da fase de expansão, houve um substancial aumento de forças de combate (nomeadamente paraquedistas e comandos do Exército nas designadas Forças de Reação Rápida) que atuaram em áreas consideradas muito difíceis, como por exemplo, Kandahar. Recentemente (a partir de 2009), quando a prioridade estratégica aliada passou para a formação e “mentoria” das unidades operacionais das forças armadas e de segurança afegãs, Portugal assumiu plenamente essa missão (sendo as mais conhecidas as OMLT, ver: Pires, 2011b) e continua a participar de forma significativa nessa exigente missão (desde o último semestre de 2011 também com uma pequena equipa da GNR em funções de treino e “mentoria”).

Para assegurar tal nível de participação, Portugal soube preparar-se para as missões mais difíceis e perigosas, daí o nível elevado de exigência pedido aos quadros das Forças Armadas, aos militares e às unidades prontas para intervir. Portugal

18 “A missão no Iraque que decorreu até ao mês de fevereiro de 2005, data prevista para a realização das eleições. O Subagrupamento ALFA da GNR estava integrado numa *Multinational Specialized Unit* (MSU)103 italiana sendo constituído por 128 militares. Marchou para o Iraque ficando sob o Controlo Operacional da “*Multinational Division South East – MND (SE)*”, integrado na Brigada dei Carabinieri de Itália, tendo em vista a execução da Missão Geral das Forças da Coligação no Teatro de Operações” (Carlos Carreira: 2005).

pode e sabe como intervir e não tem razões para se sentir “embaraçado” ao lado dos seus aliados.

É um aliado fiável porque participa, é fiável porque o faz ao mesmo nível técnico-tático das restantes forças armadas internacionais (salvaguardando as devidas dimensões, como será o caso dos EUA) e é fiável porque sabe tirar partido da sua experiência para criar uma mais-valia para os seus aliados: sabe relacionar-se no terreno com outras culturas e religiões (Page, 2008: 26).

Portugal vive entre diversas alianças, sendo a mais significativa, em termos de produção de doutrina, a NATO. A Aliança Atlântica, e Portugal individualmente, utilizam a doutrina dos EUA como uma das doutrinas de referência. Este será um provável caminho de continuidade. Portugal continuará a preparar-se para os conflitos do futuro tendo como referência os restantes países da NATO e, em especial, os EUA. Mas nunca será, como não tem sido, um simples “*copy-paste*” porque a dimensão, a política e interesses nacionais obrigam, não só à adaptação, como a uma postura por vezes diferente. Sem pôr em causa a fácil integração das nossas forças nacionais destacadas em contingentes internacionais, da NATO, da União Europeia e da ONU, Portugal ainda encontra espaço para as suas opções próprias, nomeadamente no espaço da CPLP.

Portugal estará ao lado dos EUA, como sempre esteve ao lado dos seus principais aliados, de acordo com as suas capacidades e conjuntura de interesses, mas como poderemos constatar, tenderá a fazê-lo no âmbito das alianças ou OI a que pertence. Quando não o puder fazer, as razões de Portugal tenderão a ser as de todos, como ilustra a expressão: “*strategic trends, public support and the budgetary crisis*” (Keohane, 2010: 26).

No respeitante à opinião pública em geral, o apoio das populações europeias continua a diminuir e a tendência é para uma apatia generalizada relativamente às questões de defesa (Keohane, 2010: 26). Se a Europa atravessa uma grave crise financeira, os aspetos ligados às políticas de intervenção no exterior tenderão a diminuir e Portugal, também numa situação idêntica, poderá sentir estes efeitos nas suas opções.

Poderemos equacionar no futuro, e quando se trate de situações próximas da Europa, se a UE será mais vezes chamada a intervir em vez da NATO. Cada vez mais, para as várias crises existentes no norte de África, os EUA têm sinalizado a importância da UE desempenhar um papel mais preponderante. Portugal como país atlântico e europeu pode também ser chamado mais vezes a participar em operações fisicamente mais próximas das fronteiras europeias mas, para esta perspetiva se aplicar, a UE terá de se reforçar “*if the EU remains weak, then the European parts of NATO will remain weak, and everyone loses*” (Keohane, 2010: 26) o que, infelizmente, tem sido uma constante desde os tempos da Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD), e que parece, nomeadamente pelos efeitos causados pela presente crise financeira, continuar a acontecer.

Portugal tem, para além da CPLP, ainda mais um espaço próprio e conseguido por mérito da sua atuação, caracterizado por Armando Marques Guedes (2011: 19) que o intitula de “empenhamento em Estados Frágeis e em situações pós-conflito”, atividade muito própria da natureza das intervenções portuguesas que hoje são “formas de *statebuilding* que redundam num assumir de uma normatividade *in bello* ligada a uma perspetivação prospetiva *post bellum* que se pode já vislumbrar como um movimento *in fieri*” (Guedes, 2011: 4). Aprofundando o raciocínio, o autor compara o papel de Portugal e dos EUA no *post bellum*¹⁹ para concluir que um país como Portugal tem todas as condições para assumir uma posição privilegiada na obtenção de lugares de charneira nos desafios da atualidade. A facilidade de relacionamento de portugueses com outros povos e culturas, a capacidade de saber encontrar soluções imaginativas e adaptáveis às realidades locais, fazem desta idiossincrasia nacional uma vantagem estratégica para participar neste tipo de operações.

Liddell Hart (1982) postula que as nações se preparam bem para as guerras passadas. Embora o Iraque e o Afeganistão sejam ainda guerras da atualidade, há que procurar entender o futuro e quais os tipos de guerras no século XXI. Nos cenários futuros algumas questões ganham importância. A par de ameaças (e riscos) climáticas, terroristas e de violência variada, as alterações (desagregações) sociais²⁰ ganham relevância e requerem, obrigatoriamente, abordagens mais integradas, num conceito de segurança amplo e não nas restritas visões da defesa. A atuação no Afeganistão e no Iraque mostra-nos indícios de uma nova forma de abordar os “conflitos do caos”, requerendo uma ação holística entre forças de segurança e forças armadas, entre organizações ditas civis e militares, entre várias organizações internacionais e não-governamentais.

Portugal poderá continuar na linha da frente desta nova (velha) forma de atuar, aproveitando as sinergias entre as atuações das suas polícias e forças armadas, entre civis e militares, dentro e fora do território nacional, de forma individual ou, em planos bilaterais ou multilaterais, desejavelmente, no âmbito das suas alianças.

19 “Para uma pequena/média potência como Portugal, o apoio a medidas que garantam intervenções e um *post bellum* regulamentado radicam – diferentemente do que é o caso para a superpotência norte-americana – numa aposta feita com o intuito de não ficar de fora de mecanismos de controlo e governação que, em simultâneo, tornem o futuro mais previsível pela criação de uma *rule of law* internacional em si mesma, nos garantam uma presença ativa e visível no quadro de uma interdependência complexa em que nos arriscamos a ser remetidos para uma total subalternidade” (Guedes, 2011: 19).

20 “Os quatro grandes fatores de ameaça no século XXI são: o terrorismo/violência internacional, a desagregação social interna, a desagregação social externa (pelo aumento exponencial entre ricos e pobres e sociedades mais diferenciadas) e, por último, as alterações climáticas e energéticas” (Pires, 2008).

Conclusão

No respeitante às guerras do século XXI poderemos esperar que no futuro continuarão a existir conflitos de longa duração, guerras irregulares e conflitos/guerras do caos, sem descurar a possibilidade da existência de guerras convencionais²¹. Necessitaremos, entre outras, das doutrinas de contrainsurgência aos níveis tático e operacional e, aos níveis superiores da política e da estratégia, de visões holísticas, para além da “*comprehensive approach*” e do “*comprehensive engagement*”. Provavelmente as operações do futuro serão maioritariamente executadas por alianças ou coligações em que as diferenças de políticas, de práticas e, mesmo as variadas restrições entre cada um dos Estados-membros que as compõem (*caveats*), obrigam a uma crescente complexidade no planeamento, na coordenação e na ação. Serão necessárias estratégias amplas e abrangentes, que permitam acomodar as variadas idiossincrasias de cada participante, que permitam uma correta articulação entre militares e civis, organizações governamentais e não-governamentais, e finalmente, entre apoios externos e governos locais e regionais.

Os Estados Unidos da América continuarão presentes mesmo quando aparentemente ausentes, dentro e fora das Alianças a que pertencem e, quando necessário, se não decidirem intervir sozinhos, continuarão a construir as suas “coligações” conjunturais. Como grande potência militar mundial, mesmo com crescente concorrência e alguma retração global, os EUA continuarão a ser referência para o estudo e desenvolvimento dos “assuntos militares”. As doutrinas e práticas americanas continuarão a ser analisadas, debatidas e criticadas mas não deixarão de se constituir como referência fundamental para as doutrinas e práticas de outras nações, onde se incluem, naturalmente, os países da NATO e Portugal.

Portugal poderá, se assim o desejar, manter-se como um aliado fiável e competente, participando de acordo com as suas disponibilidades e proporcionalmente à sua dimensão, geralmente sem restrições (*caveats*) e apto para as mais exigentes missões e adaptando a sua doutrina, estratégia e empenhamento operacional à doutrina comum, ao esforço operacional dos aliados e à estratégia mais eficaz no momento da campanha. Para além da estratégia cooperativa dentro das principais alianças a que pertence, poderá ainda manter um espaço mais próprio de atuação ou dentro de uma organização regional, como por exemplo, a CPLP.

21 Embora não tratado no texto e nem resulte de conclusões do que foi escrito anteriormente não queremos deixar de alertar para este fator. Alguns dos conflitos do século XXI poderão assumir características de guerras convencionais, adquirindo novas particularidades conforme a evolução da tecnologia e dos conflitos. A “luta” pelos escassos recursos naturais poderá despostrar novos conflitos, onde a insegurança do quotidiano das populações será uma constante e assim, a posse de recursos escassos poderão ser um motivo para uma guerra, provavelmente, de características militares ditas convencionais.

Referências

- Ananicz, Andrzej (2010). "Future Scenarios for the Conflict in Afghanistan: a Regional Perspective". *Negócios Estrangeiros* n.º 18, pp. 9-55.
- Buren, Peter Van (2011). *We Meant Well: How I Helped Lose the Battle for the Hearts and Minds of the Iraqi People*. New York: Metropolitan Books.
- Carreira, Carlos (2005) "A Legitimidade da Missão da GNR no Iraque". *Revista Militar*. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=23> consultado em 18 de outubro de 2011.
- Clausewitz, Carl Von (1976). *Da Guerra*. Lisboa: Perspetivas e Realidades.
- Correia, José (2011). "O Empenhamento operacional no Afeganistão" em *Atas do Seminário sobre "O Afeganistão"*. Lisboa: Programa D. Afonso Henriques e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 71-82.
- Couto, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia* (vols. I e II). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Barrento, António (2010). *Da Estratégia*. Lisboa: Tribuna da História.
- Braga, José Ulisses Ribeiro (2011). "Insurreição: Contributo para a sua Compreensão". *Revista Militar* n.º 2515/2516, pp. 1079-1098.
- Dias, Carlos Mendes (2010). *Sobre a Guerra*. Lisboa: Prefácio.
- Estado-Maior do Exército (1963/66). *O Exército na Guerra Subversiva* (5 volumes). Lisboa: EME.
- Ferreira-Pereira, Laura (2011). "Portugal e o Desenvolvimento da Política Comum da Segurança e Defesa" em *Estratégia* (Volume XX), pp. 307-326.
- Friedman, George (2010). *Os Próximos 100 anos*. Lisboa: Dom Quixote.
- Feinstein, Barry A. (2002). *Operation Enduring Freedom: Legal Dimensions of an Infinitely Just Operation*. Disponível em http://www.law.fsu.edu/journals/transnational/vol11_2/feinstein.pdf (data de acesso em 16 de novembro de 2011).
- Galula, David (1964). *Counterinsurgency Warfare*. New York: Praeger.
- Garcia, Francisco Proença (2011). *Da Guerra e da Estratégia: a Nova Polemologia*. Lisboa: Prefácio.
- Guedes, Armando Marques (2011). "A Estratégia Política de Reconstrução e a Normatividade *post bellum* Emergente: o Caso da Participação Portuguesa na ISAF, Afeganistão, 2002-2011" em *Atas do I Encontro Luso-Espanhol de Professores de Direito Internacional Público e Relações Internacionais: Conflitos Armados, Gestão pós-conflitual e Reconstrução*, Braga: Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Hart, Basil H. Liddell (1982). *As Grandes Guerras da História*. São Paulo: Ibrasa.
- Kaldor, Mary (2006). *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Malden: Polity Press.

- Kilcullen, David (2009). *The Accidental Guerrilla*. New York: Oxford University Press.
- Keohane, Daniel (2010). "The EU and NATO's Future". *CSDP newsletter* n.º11, pp.26-27.
- Leal, Fernando D'Eça (2011). "A Guerra Irregular: A Conspiração do Silêncio no Século XXI?". *Revista Militar*, n.º 2515/2516, pp. 1113-1148.
- Monteiro, João Gouveia e José Eduardo Braga (2009). *Vegécio: Compêndio da Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Neville, Leigh (2008). *Special Operations Forces in Afghanistan*. London: Osprey Publishing.
- Page, Martin (2008). *A Primeira Aldeia Global: Como Portugal Mudou o Mundo*. Alfragide: Casa das Letras.
- Palmeira, José (2006). *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio.
- Perito, Robert M. (2005). "The U.S. Experience with Provincial Reconstruction Teams in Afghanistan – Lessons Identified". *Special Report* n.º 152. Washington: United States Institute of Peace.
- Pires, Nuno Lemos (2008). "Novo Mundo, Nova sociedade". *Revista Militar*. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=259> (data de acesso 17 de outubro de 2011).
- Pires, Nuno Lemos (2011a). *Cartas de Cabul*. Lisboa: Tribuna da História.
- Pires, Nuno Lemos (2011b). "NATO's Operational Mentor and Liaison Team: Contributo para o Desenvolvimento das Forças Armadas do Afeganistão". *IDN Brief*, fevereiro de 2011. Lisboa: IDN.
- Pires, Nuno Lemos (2011c). "A NATO no Paquistão em 2005: uma Perspetiva Portuguesa" em *Atas do Seminário sobre "O Afeganistão"*. Lisboa: Programa D. Afonso Henriques e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 83-98.
- Rashid, Ahmed (2009). *Descent into Chaos: The U.S. and the Disaster in Pakistan, Afghanistan, and Central Asia*. New York: Penguin Books.
- Ricks, Thomas E. (2009). *The Gamble: General David Petraeus and the American Military Adventure in Iraq, 2006-2008*. New York: Penguin Press.
- Robinson, Linda (2008). *Tell me How this Ends: General Petraeus and the Search for a Way out of Iraq*. New York: Public Affairs.
- Sanger, David E. (2012). *Confront and Conceal: Obama's Secret Wars and Surprising Use of American Power*. New York: Crown Publishers.
- Santos, Loureiro dos (2000). *Reflexões sobre Estratégia*. Lisboa: Europa-América.
- Santos, Loureiro dos (2010). *História Concisa de Como se Faz a Guerra*. Lisboa: Europa-América.
- Telo, António José (2011). "Multipolar ou Apolar? Um Desconcertante Mundo Novo". *Relações Internacionais* n.º 31, pp. 5-23.